

MINISTÉRIO DO INTERIOR - SUDECO

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO

DA COMUNIDADE KARITIANA

Mauro de Mello Leonel Junior  
Betty Mindlin

novembro  
1983

## ÍNDICE

	Pág.
I. INTRODUÇÃO .....	047
II. INVASÕES .....	048
III. ACESSO .....	049
IV. SAÚDE .....	049
V. DOENÇAS .....	050
VI. POPULAÇÃO .....	051
VII. ROÇA E VIDA TRIBAL .....	053
VIII. SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS (SIL) .....	055
IX. EDUCAÇÃO .....	057
X. ADMINISTRAÇÃO .....	058
XI. RECOMENDAÇÕES E REIVINDICAÇÕES .....	059

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA COMUNIDADE KARITIANA

### I. INTRODUÇÃO

Os 109 membros da comunidade indígena Karitiana, do tronco linguístico Tupi, no Estado de Rondônia estão ameaçados pelo asfaltamento da continuação da estrada BR 364. O novo trecho deverá passar a 42 kms da aldeia e a 10 kms dos limites do Posto Indígena Karitiana (PIK), ligando Porto Velho a Rio Branco, pelo traçado da BR 319.

Como a picada demarcatória foi engolida pela mata, e os limites fixados por portaria em linha seca na forma de um retângulo sem o aproveitamento de limites naturais, a defesa e preservação da área poderá, dentro de dois anos, tornar-se um problema sério para a comunidade.

As placas proibindo o acesso a pessoas não autorizadas pela comunidade e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estão prontas na sede do PIK, mas ainda não foram colocadas nos pontos mais vulneráveis. Há entre os Karitiana a conscienciada defesa das terras em que habitam, mas necessitam de apoio para a reabertura da picada demarcatória e o plantio de árvores frutíferas identificáveis em seu traçado, evitando que volte a desaparecer. Caso contrário, a demarcação será feita a cada dois anos. Os marcos estão também cobertos pela mata, dificultando a identificação dos limites. A distância de 10 em 10 kms entre um e outro é demasiado grande para que substituam a picada já desaparecida.

O mais grave é que esta demarcação segundo a FUNAI, é assegurada por uma simples portaria, podendo ser alterada por decisão administrativa, não oferecendo a comunidade as garantias de um Decreto.

## II. INVASÕES

A demarcação não satisfaz totalmente a comunidade. Pescavam antes no alto do Rio das Garças, a que hoje não têm mais acesso. Por não contarem com um rio caudaloso nas proximidades de sua aldeia, estão sujeitos a vários problemas de saúde, como veremos adiante. A possibilidade de afrontarem-se mais tarde com invasores é perceptível quando se observa os limites sul, leste e oeste do PIK, com terras da União, as mais cobiçadas por grileiros e posseiros, devido a menor vigilância. Além dos invasores, a existência de terras improdutivas poderá levar mais tarde a projetos de instalação de colonos na região. Apenas um Decreto e a demarcação impedirão que o assentamento de colonos avance sobre a área indígena. Ainda não há projetos previstos por serem as terras consideradas de menor rendimento, mas nada impede que sejam distribuídas ou ocupadas no futuro.

A área de 89.698,42 ha destinada aos Karitiana é situada dentro do município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Esta localização tem permitido um rápido atendimento médico e uma boa distribuição de sua produção. Mas com o aumento do tráfego após o asfaltamento, esta vantajosa proximidade da capital poderá tornar-se um fator negativo, facilitando invasões.

A comunidade receia o crescimento da Fazenda Itaipú, o mais importante vizinho do PIK. Garimpeiros invasores são frequentes: quatro deles foram detidos pelos Karitiana em 82. Os madeireiros também são frequentes: em 1976 um grupo deles resistiu à própria FUNAI, que exigiu sua saída da área, onde cortavam madeira de lei. Mas o móvel das invasões mais perigosas para a comunidade tem sido a cassiterita. Antes da presença da FUNAI instalou-se durante anos a Mineração Maria Conga. Em 1976 foi a vez da Mineração Araçazeiro. O Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) fez um levantamento das potencialidades da área em cassiterita, mas não comunicou seus resultados a comunidade, nem a 8a. D.R. da FUNAI. As minas antigas estão hoje abandonadas.

### III. ACESSO

O acesso ao PIK é possível por via rodoviária, mas o estado de conservação da estrada é precário. De Porto Velho são 93 kms, tomando-se a BR 319 em direção a Guajará-Mirim até a Fazenda Itaipú, na altura do Km 50, encontra-se uma pequena estrada de 43 kms, que dá acesso a sede do PIK. Os primeiros 50 kms da 319 serão asfaltados no plano de extensão da BR 364 até Rio Branco. Os últimos 43 kms, 33 dos quais encontram-se dentro da reserva, são os mais difíceis, com várias pontes improvisadas e mal conservadas. No período das chuvas, de outubro a abril, a viagem passa de três horas e meia a até dois dias de duração devido ao barro, as pontes quebradas e aos troncos caídos, que necessitam ser serrados para dar passagem aos veículos.

O PIK dispõe também de um aeroporto, com uma pista razoável de 640 ms, de comprimento por 30 ms, de largura, duzentos dos quais encascalhados. A conservação da pista representa um grande esforço para a comunidade por não dispor de uma roçadeira. O aeroporto hoje em dia é utilizado apenas em emergências.

### IV. SAÚDE

Há dois obstáculos-chaves para uma prevenção médica satisfatória no PIK: o primeiro é a transformação, nos longos meses da seca, do Igarapé em uma poça de água parada, um verdadeiro centro de contágio. Nas cheias o perigo continua, com as águas levando detritos e carcaças contaminadas de animais. O segundo é a ausência de um atendimento odontológico adequado. Embora a 8a. D.R. da FUNAI dispense de uma profissional dentista, a falta de equipamento adequado, como é o caso da maioria dos grupos de Rondônia, reduz o atendimento a extrações.

O atendimento médico de tipo curativo é facilitado aos Karitiana devido a proximidade com Porto Velho. Mas a medicina preventiva e as condições básicas de higiene ainda são precárias. A abertura de um poço artesiano que forneça água potável durante todo o ano é urgente e indispensável.

#### V. DOENÇAS

A administração atual do PIK é uma exceção louvável, talvez a única a manter fichas de controle médico e de atendimento de enfermagem em Rondônia. Elas permitem comprovar a gravidade do contágio nos Igarapés. Alguns exemplos:

DOENÇAS	NOV/81	JAN/82	ABR/82
Malária	18 casos	2 casos	8 casos
Vômito/diarréia	40 casos	40 casos	12 casos
Verminose	80 casos	20 casos	nenhum
Gripe	39 casos	35 casos	45 casos
Coqueluche	nenhum	nenhum	32 casos
Escabiose	13 casos	10 casos	nenhum

Nos casos acima, vê-se que no mês de novembro de 1981 quase toda a comunidade foi atingida pela verminose. O médico da 8a. D.R. conta que no PIK as amebíases são também graves e constantes. Na seca, devido ao esvaziamento do Igarapé, e na cheia porque as águas contaminam-se ao expandirem-se. O posto artesiano é assim imprescindível. As crianças, como muitos adultos, não sabem utilizar adequadamente os filtros em talhas de barro, que aliás, não resolveram o problema apesar dos esforços de alguns funcionários da FUNAI.

A tuberculose vem diminuindo, mas não foi erradicada. Houve quatro casos nos últimos três anos. Há também casos de reumatismo, temporário ou crônico, 10 em abril de 82 e 12 em

novembro de 81, doença ainda não completamente identificada. O posto não tem como fazer exames de malária e tuberculose, feitos em Porto Velho. É urgente ainda um equipamento odontológico adequado e transportável. Além das centenas de casos transportados a Porto Velho nos últimos três anos, em uma visita da Equipe Volante de Saúde (EVS) em junho de 83 foram arrancados 11 dentes (exodontias), em 23 consultas. Na mesma ocasião 26 pessoas foram atendidas pelo médico que vacinou 52 crianças com a Sabin e a tríplice, e 65 contra o sarampo.

A mortalidade infantil continua. Quatro crianças morreram antes de 1 ano de idade nos últimos três anos. Em 80, uma menina gêmea de pneumonia; em 81 um recém-nascido de sexo masculino, sem diagnóstico; outro em agosto de 82, também sem diagnóstico e uma menina de 8 meses, cujo óbito a enfermeira atribuiu a problemas congênitos. Os funcionários referem-se a dois casos de aborto natural. Os Karitiana dispõem de uma medicina tradicional particularmente rica, que deve ser considerada e analisada.

## VI. POPULAÇÃO

O acompanhamento da população Karitiana passou a ser feito recentemente. Não se conhece nem mesmo o seu número quando há cerca de uns 30 anos atrás foram contactados pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e pelo padre salesiano Angelo Spadari. Em 1976, segundo dados de um casal de missionários do Summer Institute of Linguistics (SIL) seriam aproximadamente 75. A regularidade do atendimento, ao menos de tipo paramédico, contribuiu para o aumento da tribo:

1976 - cerca de 75

1977 - cerca de 76

1980 - cerca de 77

1982 - cerca de 84

1983 - cerca de 97

Além dos 97 residentes no PIK, há pelo menos outros 12 Karitiana residindo em outros postos, 7 com os Karipunas, 4 as salarizados pela FUNAI para a Frente de Atração dos Uruweu-wau-wau e um em Porto Velho. Os Karitiana são hoje aproximadamente 109. Mais de 80% da população tem menos de trinta anos e 55% menos de 15 anos.

A comunidade conhece plantas anticoncepcionais e não as utiliza, o que mostra a sua vontade de crescer, presente tam bém nos numerosos casamentos inter-tribais. A taxa de mortalidade continua alta: de 1981 a 1983 morreram quatro recém-nascidos, antes de completar um ano de idade. A administração do PIK é um dos raros postos da FUNAI a manter um controle permanente da população e um registro de nascimentos e óbitos, pelo menos nos últimos três anos até setembro de 1983, quando da realização desta avaliação.

POPULAÇÃO KARITIANA EM 1983

IDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
+ 55 anos	2	1	3
51-55 anos	0	2	2
46-50 anos	1	5	6
41-45 anos	1	1	2
36-40 anos	0	1	1
31-35 anos	3	0	3
26-30 anos	7	6	13
21-25 anos	3	6	9
16-20 anos	3	3	9
11-15 anos	4	7	11
06-10 anos	8	10	18
00-05 anos	22	10	32
TOTAL	54	55	109



## VII. ROÇA E VIDA TRIBAL

Nos últimos anos a FUNAI idealizou para os Karitiana, duas grandes plantações. Uma de cítricos, com 1.200 pés de laranja, e outro tanto de limão e tangerina. A outra, de 28 ha sendo 10 de macaxeira, 6 de milho, 6 de arroz e 6 de feijão. A comunidade resistiu a idéia de roças compulsoriamente coletivas e reivindicou a repartição tradicional da produção por grupos de parentesco.

Resultado: a plantação coletiva de cítricos falhou parcialmente e apenas 600 pés foram plantados. Quanto às grandes roças, foram desmembradas em cerca de 20 unidades menores, de 0,5 a 3 hectares, sendo que cada duas delas são administradas por um dos cerca de 10 grupos de parentesco. Em 82 e 83 as roças assim trabalhadas totalizam 33 hectares plantados, portanto acima das previsões do projeto.

O projeto da roça de 28 hectares recebeu um apoio do POLONOROESTE de Cr\$ 1,2 milhão. A comunidade reivindicou que o dinheiro fosse distribuído entre os diversos núcleos familiares, o que é feito no recebimento de cada parcela trimestral. O posto separou a roça que abastece a administração do PIK, fornecendo ainda arroz e farinha a outros postos da FUNAI e as Frentes de Atração, das roças familiares destinadas ao consumo e venda do excedente. Há duas roças do posto de cerca de 3 hectares cada uma sendo as demais familiares. As duas roças do posto são hoje mantidas por membros da comunidade, remunerados por prestação de serviços.

Os chefes da comunidade justificam a reivindicação do parcelamento das roças como sendo mais adequada à forma tradicional de plantar da comunidade. As roças coletivas ofereciam a desvantagem de gerarem conflitos na repartição do resultado, o que não ocorre com as roças dos diversos agrupamentos familiares. Cada grupo pretende controlar diretamente a sua plantação, o que contribui também para a diversificação dos produ

tos. Um resolveu plantar 1 ha de pipoca, outro de amendoim, outros optaram por abacaxi e melancia, distribuídos em meio aos produtos dominantes que são o arroz, macaxeira, mandioca brava, milho e feijão.

O respeito à forma tradicional de plantar, diminuiu os conflitos entre os vários agrupamentos familiares e seus chefes, assim como as reclamações da comunidade com relação à excessiva interferência da administração. No passado, fenômeno semelhante ocorreu com uma plantação de 800 abacateiros, assumida por um único núcleo familiar, e, por isto, conservados até hoje. Há ainda, vários cajueiros e mangueiras.

A separação das roças permite uma melhor adequação do trabalho agrícola ao tempo necessário às atividades de artesanato, extração, coleta, caça e pesca. Os Karitiana fazem pouca seringa e talvez o que lhes falte seja o domínio das técnicas dos seringueiros e o apoio em facas e tigelas apropriadas. Mas, por outro lado, praticam a caça, antes abundante em suas terras, e a pesca, em particular o timbô, um cipó que tonteia os peixes nos igarapés vazios da seca. Os peixes são posteriormente abatidos com arco e flecha terminando em um banquete e festa comunitária, em improvisados acampamentos nas matas, a semelhança de outros grupos de floresta.

A queima é feita em julho e agosto, o plantio em setembro e outubro e a colheita em março. Cada grupo decide o dia e o número de horas a destinar aos trabalhos agrícolas, ou à caça e à pesca. A aceitação pela FUNAI da organização proposta pela própria comunidade redundou em um maior entusiasmo pelas atividades agrícolas.

Os Karitiana estão hoje desejosos de consumir a infinidade de produtos oferecidos pela civilização que os cerca. Para tanto, necessitam e pretendem aumentar a transformação de sua produção em dinheiro. Conseguem às vezes, com a venda de seus produtos, a compra de alguns suprimentos nos grandes supermercados de Porto Velho. Perguntam aos colonos e fazendeiros das vizinhanças como obter dinheiro e discutem as ativida-

des mais rentáveis. Alguns começaram a criar porcos, outros galinhas e vendem o excedente das próprias roças.

Mas o forte de sua renda monetária é o artesanato. Ao contrário de outros agrupamentos, os Karitiana produzem regularmente cocares, bordunas, colares, arcos e flechas de rara beleza. A permanência do artesanato deve-se à existência de um ponto fixo e seguro de venda na Casa do Artesão de Porto Velho, mantida pelo governo do Estado de Rondônia. A proximidade do PIK de Porto Velho, e o apoio em transporte dado pela FUNAI, transformou o artesanato na principal atividade regular com finalidade monetária, e num fator de valorização da cultura tradicional.

A comunidade deseja, no entanto, diversificar suas atividades. A diminuição da caça, advinda com a perda de mobilidade consequente a demarcação, os leva a interessar-se por criar gado, à semelhança dos porcos que já mantêm na aldeia. Pensam que o gado lhes permitiria o auto-abastecimento em leite e carne, e alguma renda monetária. Mas não dispõem de capital para as primeiras cabeças.

#### VIII. SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS (SIL)

O primeiro contato dos Karitiana com os "civilizados", deu-se há cerca de 30 anos, com os salesianos e o SPI, através de um agricultor a quem conservam estima e amizade. Os Karitiana muito antes destes contatos, por razões culturais e religiosas, evitaram confrontos com outros agrupamentos ou imigrantes.

Além do SPI, e mais tarde da FUNAI, o contato mais contínuo dos Karitiana foi com os missionários do SIL. O casal de missionários instalou-se no PIK em 1972. Antes foram preparados como lingüistas, durante um rápido curso de dois meses, para "Produção de Literatura Indígena". Não dominavam o português, a língua que cerca os Karitiana, do país onde residem. Na verdade, objetivavam a conversão da comunidade à sua crença particular, disseminada pela "Igreja Missionária da Filadélfia" e as "Obras Sociais Fé e Alegria".

Os dois missionários dispunham de importante apoio por parte das estruturas do SIL nos Estados Unidos e na Inglaterra através de suas representações em Rondônia e Brasília. Contavam com aviões e abastecimento permanente em mantimentos. Realizaram alguns textos em Karitiana e uma lista de palavras no idioma da comunidade. Em 1976, receberam 34 jovens norte-americanos da mesma seita da Filadélfia, enviados pela Teen Missions Inc., que ajudaram os índios na construção do aeroporto.

Na ausência de um apoio que competia ao estado laico, os missionários rapidamente conquistaram uma parcela da comunidade para sua religião. Muitos concorriam aos cultos dominicais. A presença dos missionários substituiu a ausência dos serviços públicos em campos importantes, como a educação, saúde, transporte e abastecimento.

Em 1977, a presidência da FUNAI decide-se pela retirada dos missionários, a pedido da maioria da comunidade e da administração do PIK. A medida é resultado de uma longa série de conflitos. Os missionários eram acusados de vender mantimentos a preços em 50% superiores aos praticados em Porto Velho. Prometeram deixar aos índios as ferramentas utilizadas na construção do aeroporto, e não o fizeram. Em julho de 1977, regressando de uma viagem à Inglaterra, foram proibidos de manter no PIK uma cantina com mais de 500 kgs de mantimentos por negarem-se ao controle e fiscalização da administração do Posto.

Após sua saída, os missionários, baseados em Porto Velho, continuaram a assistir um importante núcleo de convertidos durante suas viagens a Porto Velho e algumas vezes realizaram cultos na própria aldeia. Em entrevista ao Jornal do Brasil em 20/9/81 a antropóloga Denise Maldi Meireles denuncia os missionários do SIL por "desnaturar a cultura da comunidade Karitiana". Apenas dois índios continuaram convertidos, mas residindo fora da comunidade que rechaçou sua fidelidade aos missionários. Os demais voltaram-se a Botanha e Orá, seus deuses tradicionais, assistidos pelos pajés Barabadara e Cisino.

Apesar da tentativa de impor aos Karitiana uma nova religião, os missionários não conseguiram a conversão dos pajés. As tradições continuam presentes no artesanato, nas festas, e nas atividades do cotidiado.

## IX. EDUCAÇÃO

A tentativa feita pelos missionários, de ensino em língua Karitiana, é considerada pela comunidade como contrária à sua cultura. Na verdade o ensino tinha, na conversão, objetivos opostos ao da promoção da cultura Karitiana, desejo e direito da comunidade.

Quanto ao ensino de português e matemática, foi sempre irregular. Em 1976 foram dadas durante alguns meses, aulas a 26 alunos de 8 a 15 anos. A comunidade, devido à intensidade de seu contato em Porto Velho, tem grande interesse em aprender português e em particular matemática, para não serem enganados nas trocas. Com auxiliares de ensino pagos pelo POLONOROESTE, a partir de 82 o ensino passou a ser mais regular. Mas um professor e técnico agrícola, que deu aulas durante nove meses contínuos a classes concorridas por quase todos os adultos e crianças, abandonou o posto de auxiliar de ensino devido a baixa remuneração. Foi recentemente substituído.

Apesar do esforço de alguns funcionários, como em outras comunidades, o ensino vem sendo irregular, quando não é contrário, e até hostil, à cultura da comunidade. Em nome de uma liberdade religiosa, na verdade unilateral porque exercida por uma única seita, o ensino torna-se uma agressão cultural camuflada em atividade linguística. Frequentemente é uma simples sedução religiosa através da troca de produtos, que se transformam em novas necessidades.

O ensino promovido pelo estado, através da FUNAI, é menos hostil, mas não conta com o necessário apoio pedagógico, nem com material adequado. Os professores não são estimulados a falar o idioma das comunidades e rebatizam os índios para

"civilizá-los". Nem mesmo a cartilha distribuída para o ensino rural existia nos Karitiana. Embora seja inadaptado ao ensino em comunidades com cultura própria é o utilizado nos outros postos.

## X. ADMINISTRAÇÃO

A nova orientação no PIK, como foi demonstrado no caso das roças, está hoje mais em sintonia com os desejos da comunidade. Em acordo com o Estatuto do Índio, interfere e comanda menos, e responde às solicitações de apoio. No passado, a interferência chegou até a nomeação dos chefes tribais, ocasionando rupturas entre a comunidade, como no caso do grupo que se encontra nos Karipuna.

O posto está razoavelmente equipado. Dispõe de 6 construções: duas destinadas a máquinas e garagens: a residência do administrador-chefe; a escola e residência dos auxiliares de ensino de enfermagem; a enfermaria, consultório e farmácia; um escritório, com o quarto do motorista e um depósito. Há cinco funcionários: um chefe de posto (afastado por doença), a substituta, um auxiliar de ensino, uma auxiliar de enfermagem e um motorista-tratorista, também responsável pela manutenção das máquinas. Além destes, formalmente contratados, há três índios prestando serviços regulares como braçais, e dois eventualmente.

Há duas moto-serras (uma quebrada), máquina de farinha, de arroz e uma moto-bomba. Os índios reivindicam um gerador que forneça algumas horas de luz na aldeia, assim como água corrente, já existente no posto. O transporte é feito por uma camioneta "pick-up" e a FUNAI prometeu para janeiro de 1984 um pequeno caminhão.

Como nos demais postos da FUNAI, recebem mantimentos tanto a título de merenda escolar, como para a manutenção do posto. Também no caso do PIK não são discriminados em listas sepa

das, o que permitirá o controle da comunidade em sua distribuição. O sistema atual provoca reclamações.

Os índios cooperaram espontaneamente com a administração. Em 83, alimentados pela FUNAI, construíram uma ponte de mais de 60 metros sobre um Igarapé, sem máquinas apropriadas. Foram 3 meses de trabalho, custando à FUNAI apenas Cr\$ 300 mil em mantimentos.

## XI. RECOMENDAÇÕES E REIVINDICAÇÕES

1) Abertura de posto artesiano que forneça água potável à comunidade durante todo o ano, evitando as verminoses e amebíases na seca e nas chuvas.

2) Defesa legal da área, hoje regulamentada apenas por portaria, sendo necessário e urgente a sua transformação em Decreto, com o respectivo registro no serviço de Patrimônio União.

3) Convênio com o DNER, ou com o Estado de Rondônia, para melhoria da conservação da estrada de acesso e das precárias e perigosas pontes nos últimos 43 Kms.

4) Reavivar a picada demarcatória, com o plantio de árvores que permitam identificar o seu traçado de forma permanente. Colocação das placas interditando o acesso nos pontos mais vulneráveis.

5) Gerador de luz elétrica e caixa d'água encanada, do posto artesiano a ser construído para a aldeia.

6) Maior apoio técnico a produção agrícola dos diferentes grupos de parentesco. Este ano um engenheiro-agrônomo visitou o PIK por algumas horas, apoio insuficiente aos 33 hectares plantados.

7) Apoio para o início de uma criação de gado, através de visitas técnicas e financiamento das primeiras cabeças.

8) Convênio com um dentista que não se limite a arrancar dentes e possa tratá-los, ou aquisição de aparelhos para tratamento na Casa do Índio de Porto Velho, e de um outro, transportável para visitas periódicas.

9) Material de sutura e bisturi para cortes e acidentes. Estufa para esterilizar, armário para material cirurgico, mesa para curativos, fogão e geladeira. Enfim, equipar convenientemente a enfermaria.

10) Equipamento para manutenção mecânica das viaturas : torno, solda, prensa e jogos de chaves. Bancos e toldo para transporte de pessoas na parte de trás do caminhão, prometido para janeiro de 84.

11) Uma roçadeira para o aeroporto e cinco moto-serras, para as roças, aeroporto e estrada.

12) Mais uma sala de aula com 50 carteiras, para atender a comunidade que tem ido às aulas massivamente.

13) Uma solução legal que permita aos índios obterem munição e armas de caça, essenciais à sua sobrevivência. Hoje utilizam o arco e a flecha apenas para pescar. A lei lhes proibe a aquisição de munição no comércio.

14) Apoio e estudo das possibilidades de extração de seringa na área. Tigelas e facas aos que pretendem iniciar esta atividade.

15) Pedir ao INCRA que colabore advertindo a comunidade em caso de realização de projetos de colonização, prevenindo assim possíveis invasões.



16) Ampliação dos pontos de venda de artesanto e acompanhamento dos preços para que sejam corretamente remunerados. São peças trabalhosas e de rara beleza.